



Senador visita Gilmar Mendes para explicar desvios detectados pela CGU

O senador Gim Argello (PTB-DF) foi recebido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para esclarecer os indícios sobre desvios de verbas no Distrito Federal, apurados pela Controladoria Geral da União (CGU). A CGU suspeita do desvio de mais de R\$ 115 milhões em repasses feitos pela União ao Governo do Distrito Federal entre 2006 e 2009, sendo 90% para pagamento de pessoal. Está na pauta do Supremo o pedido de intervenção federal do Distrito Federal por conta dos escândalos de corrupção deflagrados no DF.

Na vista ao ministro do Supremo, Argello estava acompanhado do secretário de Fazenda, Valdivino José de Oliveira, e disse que procurou Mendes a pedido da bancada do PTB na Câmara Distrital. O senador disse que a intervenção é uma medida “muito drástica” para a cidade. “Vim aqui para dizer ao ministro Gilmar Mendes que todos os pontos levantados pela CGU são coisas que têm conserto e que já tinham sido verificados pelo governo do Distrito Federal, que está tomando as providências. Brasília continua dentro da normalidade. Continua prestando os serviços públicos de saúde, de segurança e de educação. Com isso nós acreditamos, se Deus quiser, que o fantasma da intervenção está afastado”, concluiu.

Em três meses de auditoria, a CGU identificou mais de 170 irregularidades da administração pública do DF nas áreas de educação, saúde e obras. Além de desvio de recursos, há indícios de pagamentos por obras não finalizadas, superfaturamento e fraudes em licitações. Entre as irregularidades detectadas pelos técnicos está o caso de uma empresa de informática envolvida no mensalão do DEM cujos sócios são os principais fornecedores da área de saúde do governo distrital. De acordo com a auditoria da CGU, essas empresas venderam medicamentos superfaturados, causando prejuízo estimado em R\$ 11,3 milhões. O ministro Jorge Hage classificou como “graves” os problemas encontrados na inspeção que rastreou R\$ 30 bilhões remetidos pela União ao DF. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal.*

Date Created

07/04/2010